



Governo do Estado do Rio de Janeiro

Instituto Estadual do Ambiente

Presidência

**À DIREX,**  
com vistas ao SERVLIC

Visando a colaboração com o Serviço de Licitação deste Instituto, ora solicitando manifestação face à impugnação (86033967) interposta pela empresa EXPERTISE SERVIÇOS E CONSULTORIA LTDA, ao Edital de Pregão Eletrônico – INEA/RJ PE/006/2024, doc. SEI- 86034186, onde venho indicar conforme os autos processuais já encartados, pontuar os esclarecimentos solicitados.

Conforme conduta explanada pelo SERVLIC, junto ao SEI-86033967, onde o mesmo estipula o item I a ser respondido, tendo a redação:

I - à Gerência de Administração e Logística para que esclareça os pontos combatidos inerentes ao tópico "DO NÃO ATENDIMENTO AO DECRETO Nº 48.816/2023" e "PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO"

Desta forma a impugnação direcionada à Agente de Contratação/Pregoeira, corroboro face à destrinchar os pontos já unidos ao Processo Administrativo, uma vez que, os documentos que dá suporte ao quantitativo de veículos encontra-se detalhado quantitativamente, quanto qualitativamente junto à Relação de Veículos Inservíveis/Irrecuperáveis/Baixa Condição (83105601), devidamente em par com o inciso IV, do artigo 7º, do Decreto n.º 48.816/23. Desta forma, que este Instituto não teve contratações iguais a esta em tela, foram discriminados Processos Administrativos no Estudo Técnico no item 5.2, sendo esses processos eletrônicos e abertos ao público garantindo a transparência e face o inciso II, do artigo 7º, do Decreto n.º 48.816/23.

Quanto ao parcelamento do objeto a ser licitado, encontra-se descrito no Estudo Técnico no item 6.2, notando-se o Art. 47 da Lei 14.133/2021, que traz o entendimento que tal prática vislumbrando a vantagem para a Instituição. Assim, face ao exposto, inobstante o interesse da contratação, relativamente ao parcelamento ou não do objeto, e a modalidade da licitação (Resolução PGE nº 4.588/2020), é decisão discricionária do Ordenador de Despesas em optar ou não pela adoção do parâmetro, ante a criteriosa análise dos fatos expostos e toda documentação acostada aos autos que instruem o presente processo. Outrossim, a decisão desta Gerência é embasada sob aspectos meramente logísticos visando as necessidades das rotinas desta Autarquia combinada com as condições administrativas para gerir o contrato.

Diante das mudanças da Lei de licitações mesmo sendo sutis, pontos abordados pela Empresa impugnante, devem se atentar aos novos entendimentos interpostos, haja vista que sumulas/acórdãos deverão ser apresentadas devidamente voltadas para a Lei 14.133/2021.

Atenciosamente,

**Renan de Mattos R. Lopes**  
Gerente de Administração e Logística

De acordo,

José Antônio Paulo Fonseca  
Diretor Executivo e de Planejamento  
ID. Funcional 890884-2

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Renan de Mattos Rodrigues Lopes, Gerente**, em 24/10/2024, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Antônio Paulo Fonseca, Diretor**, em 24/10/2024, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador **86169633** e o código CRC **5AEFA336**.

Referência: Processo nº SEI-070002/017603/2024

SEI nº 86169633

Avenida Venezuela, 110 - Bairro Saúde, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20081-312  
Telefone: